

A Contabilidade em Empreendimentos Econômicos Solidários de Reciclagem de Lixo em Goiânia: uma Abordagem Comparativa entre Incubados e Não Incubados

PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA DE FARIA

Universidade Federal de Goiás

ANDREA FREIRE DE LUCENA

Universidade Federal de Goiás

Resumo

A Contabilidade e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são os objetos de estudo deste trabalho e, descobrir as semelhanças ou diferenças que existem nos contextos dos EES de reciclagem de lixo que são incubados, por uma Incubadora Social, e dos que não são incubados, na grande Goiânia, é o objetivo do artigo. A pesquisa tem natureza qualitativa e o método utilizado foi o comparativo, com uso de técnicas de entrevista, observação direta e análise de documentos. Os EES têm sido, enquanto organizações socioeconômicas que absorvem indivíduos, um modo de melhorar as condições de seus cooperados e, entretanto, precisam de um conjunto de instrumentos capaz de inseri-los no sistema de compra, venda e troca. A contabilidade, neste contexto, pode ser mencionada como um instrumento de gestão essencial, podendo atuar com função social para com os EES. A contabilidade para a Economia Solidária não é a tradicional, utilizada para usuários do mercado comum, mas alternativa, simplificada. Teóricos discutem modelos contábeis e instrumentos que possam dar informações úteis para estes usuários específicos considerando as limitações dos EES, entretanto, autores reconhecem a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. Os resultados demonstraram que os EES incubados possuem mais instrumentos contábeis disponíveis e que, também, de forma geral, têm, talvez, uma contabilidade mais consolidada, pois a maioria possui demonstrativos tais como “livro caixa”, “balancete e balanço”, “sobras do exercício” e “folha de pagamento”. Constatou-se, não obstante, que os EES incubados realizam assembleias periódicas para tomada de decisões e os relatórios contábeis e financeiros são utilizados para auxílio; têm uma mentalidade, a respeito do uso da contabilidade na autogestão, um pouco mais homogeneizada e, por fim, percebeu-se que a incubadora social é fundamental para os EES de reciclagem de lixo, já que os EES por ela incubados deram melhores resultados em relação aos fatores contábeis.

Palavras chave: Contabilidade, Incubadora Social, Empreendimento Econômico Solidário.

1. Introdução

A economia solidária consolidou-se diante de conflitos socioeconômicos que fizeram os trabalhadores repensarem a forma de ver o trabalho. Cronologicamente, a economia solidária firmou-se a partir dos séculos XVIII e XIX. Ela, segundo Singer (2002), foi largamente difundida no período da Primeira Revolução Industrial. A economia solidária, atualmente, se caracteriza pela igualdade de direitos, já que os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham (Singer, 2008).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), por atuarem em forma de rede, trazem para a classe dos trabalhadores esperança e liberdade do fardo do despotismo do emprego, que não permite contentamento no trabalho. Os EES têm sido, enquanto organizações socioeconômicas que absorvem indivíduos, um modo de melhorar as condições de seus cooperados. Os EES, entretanto, precisam de um conjunto de instrumentos capaz de inseri-los no sistema de compra, venda e troca.

A contabilidade, neste contexto, pode ser mencionada como um instrumento de gestão essencial. Almeida (2006) defende que a contabilidade tem função social para com os EES. Todavia, ele também destaca a necessidade de se ter mais estudos sobre a relação contabilidade e autogestão. Dessa maneira, poder-se-ia compreender os diversos aspectos da utilização da informação contábil nos EES, tentando diagnosticar os desafios e as demandas deste grupo social.

Goiás, conforme o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), contava com 732 (setecentos e trinta e dois) EES no triênio 2005-2007 (Anteag, 2009) e no mais recente censo, o SIES 2012 (ECOSOL, 2013), esse número aumentou em torno de 15%, subindo para 843 EES. Em Goiânia, lugar de coleta da amostra para esse artigo, a população de EES de reciclagem de lixo, objeto desta pesquisa, não tem mapeamento confiável que os quantifique, entretanto, sabe-se que eles existem tanto nas áreas urbanas centrais quanto nos subúrbios. Alguns poucos são incubados por incubadoras sociais e outros EES não se submetem às incubadoras ou desconhecem os trabalhos das mesmas.

O objetivo desse artigo é comparar a prática contábil nos EES de reciclagem de lixo da Grande Goiânia incubados com os não incubados com a finalidade de obter a percepção destes diferentes contextos em relação à Contabilidade. Considerando a relevância da contabilidade para a economia solidária, no contexto dos empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo, da Grande Goiânia, definiu-se a seguinte questão problema: Qual a percepção do papel da contabilidade nos EES de Reciclagem de Lixo incubados e nos não incubados? O método utilizado foi o comparativo, utilizando técnicas como entrevista com questionário de perguntas fechadas e abertas, observação direta e análise de documentação.

O trabalho está dividido em três partes: fundamentação teórica, metodologia e resultados e discussões. Quanto à fundamentação teórica, discorre-se, primeiramente, sobre o contexto histórico da economia solidária para fins de elucidar sua origem. Nessa mesma parte, os conceitos geralmente aceitos para definir economia solidária são destacados e, por fim, destacam-se as suas principais características. Ainda, na categoria da fundamentação teórica, discute-se a respeito da relação existente entre economia solidária e contabilidade e, finalmente, fecha-se esta categoria falando sobre as incubadoras sociais.

Em relação à metodologia, primeiramente, apresenta-se um levantamento de pesquisas realizadas sobre a temática, buscando destacar as metodologias utilizadas pelos principais autores pesquisados. Após essa parte, discute-se sobre a população dos EES do Estado de Goiás, mostrando suas características por meio do mapeamento nacional proveniente do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária).

O método e as técnicas utilizadas pela pesquisa também são apresentadas, definindo-se os meios pelos quais o trabalho se pautou para colher os dados de análise. Adiante, o trabalho discorre sobre a amostra da pesquisa, enfatizando a abrangência amostral da população em análise e, por derradeiro, apresenta-se os instrumentos de tabulação dos dados e as ferramentas que foram utilizadas para processar as informações recebidas. Por fim, na parte de resultados e discussões, apresentam-se os gráficos provenientes dos questionários abertos e fechados que foram aplicados, tanto para os EES incubados quanto para os não incubados, comparando as informações geradas em ambos os contextos.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Economia Solidária

2.1.1. Histórico

Sobre a trajetória histórica e cronológica da Economia Solidária, sabe-se que as primeiras expressões desse modelo econômico se deu com os expoentes Robert Owen (1771-1859), Charles Fourier (1772-1827), Claude-Henry de Rouvroy, Conde de Saint Simon (1760-1825). Robert Owen, por exemplo – diferentemente dos demais ativistas que se limitaram apenas a exercer literaturas e pensamentos acerca do assunto – fundou em New Lanark, uma vila escocesa, modelo de vida social com novas propostas que trariam benefícios equitativos aos integrantes. Esse trabalho ele apresenta em sua obra chamada *A new view of society*. Posteriormente, ele testou também suas proposições na colônia de New Harmony, nos Estados Unidos (Dias, 2011; Singer, 2003a).

Na Inglaterra, primeira metade do século XIX (1844), surge a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cooperativa de consumo que se expandiu e se tornou uma referência no que diz respeito à estrutura e base de princípios que deram direcionamento ao que se perpetuaria como um modelo cooperativista a ser seguido (Barreto e De Paula, 2009; Singer, 2003b).

Agora, no Brasil, segundo Dias (2011), as primeiras experiências vêm do final do século XIX, com a fundação da Associação Cooperativa dos Empregados, de 1891, em Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Camaragibe-PE, de 1894. Logo após, já no início do século XX (1902), surgem, no Rio Grande do Sul, as caixas rurais do modelo *Raiffeisen*, que eram cooperativas de crédito fundadas para atender os agricultores locais.

Na década de 1990, no Brasil, muitas empresas entraram em fase falimentar, e com isso, para que não perdessem seus trabalhos e suas rendas, os trabalhadores tomavam o controle de forma autogestionária dessas mesmas entidades (regiões Sudeste e Sul do Brasil), a fim de dar continuidade em suas operações (Lima, 2009). Essas experiências foram chamadas de Empresas Recuperadas por Trabalhadores em Regime de Autogestão. Com o objetivo de ajudar essas novas empresas recuperadas, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) (Marques, 2006). Também na década de 1990, surgiram as Incubadoras, que ficaram inicialmente conhecidas como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Com isso, percebe-se que, hoje, no Brasil as cooperativas de uma forma geral tem certa expressão no mercado, fruto de intervenções históricas. Entretanto, para a análise abrangente dos Empreendimentos de Economia Solidária será necessário entender os conceitos que a Economia Solidária detém.

2.1.2. Conceitos

Para Baptista (2012) e Laville *et al.* (2009), o conceito de Economia Solidária possui variações por conta de sua utilização sob um ponto de vista contrário ao individualismo e ao modelo hegemônico de mercado. Segundo Baptista (2012), as concepções de Laville e Gaiger (2009), Coraggio (2009), Icaza e Tiriba (2009) enfatizam o conceito como um termo surgido na década de 1990, proveniente do termo “economia de solidariedade”. Esta é uma corrente preconizada por Razeto (1993) e Coraggio (1995).

Contrário a essa corrente, as concepções de Singer (2002), Namorado (2009) e de Souza *et al.* (2003) defendem o conceito tendo por raízes fundamentadas no século XIX, no entremeio da Primeira Revolução Industrial inglesa e francesa, estando ligada à base da economia social (Baptista, 2012). Dias (2011) afirma que Singer (2003a) tem uma concepção de fato social e marxista e dá ênfase aos socialistas utópicos, a saber: Robert Owen e Charles Fourier. Porém, segundo o mesmo autor, Laville e França-Filho (2004) preferem defender que a origem provém da sociologia de Mauss e Polanyi, resgatando a prerrogativa de pluralismo econômico e dando sentido à ideia de mercado autorregulado, defendido pela teoria econômica neoclássica.

Os teóricos se dividem entre essas duas correntes de entendimento conceitual da Economia Solidária e, por isso, é importante deixar claro que o campo teórico da economia solidária hoje se situa em contínua construção e reconstrução (Dias, 2011; Cavalcante, 2011, p. 132). Dentro do campo teórico, percebe-se a existência de algumas expressões como economia popular, economia de trabalho, economia solidária, economia social e socioeconômica solidária, que mostram uma proximidade conceitual. Estas concepções, segundo Dias (2011) refletem diversos contextos sociais, entretanto, falam de algo comum.

2.2. EES e a Contabilidade

A respeito da Economia Solidária, o histórico prévio e seus conceitos foram tratados no item anterior. O objetivo foi elucidar as bases para entender do que realmente se trata ao falar do assunto, envolvendo aspectos que serão posteriormente citados e abordados para discussão. Almeida (2006) fala do papel social que a Contabilidade possui em relação à gestão da Economia Solidária. Ele defende a existência de um vínculo próximo da Contabilidade com a democracia e a cidadania, uma vez que a Contabilidade lida com usuários que estão inseridos em diversas realidades e que a utilizam para alcançar suas metas e objetivos sejam eles de qualquer espécie.

O mesmo autor explica que uma entidade jurídica, seja ela pública ou privada, não pode nem consegue abster-se da contabilidade enquanto informação. Os modelos de informações (Demonstrativos Financeiros), todavia, estão estabelecidos e estruturados para o atendimento das necessidades de grupos hegemônicos e não costumam levar em consideração as características dos usuários. Por isso, os EES não conseguem usar da utilidade da informação contábil por conta da grande diferença de suas necessidades para as entidades mercantis comuns, objeto central da contabilidade tradicional (Almeida, 2006; Almeida e Silva, 2005; Costa, 2011).

Santana (2008) destaca que conciliar a amplitude das divulgações contábeis com as características e necessidades de cada usuário é o maior problema de evidenciação. Nisso, Almeida (2006) defende que os modelos de demonstrativos precisam focar na realidade social dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES, pois os mesmos possuem aspectos diferentes dos empreendimentos convencionais, ressaltando-se a baixa escolaridade porquanto seus associados normalmente não possuem elevado grau de conhecimento formal, tampouco conhecimentos sobre contabilidade (Lima, 2007).

Acerca da mesma linha de pensamento sobre o que a Contabilidade precisa ter para atender os usuários dos EES, Almeida e Silva (2005) são incisivos ao afirmarem que, se não fossem estas tantas peculiaridades, a Contabilidade das Cooperativas e a Contabilidade Societária já seriam suficientes. Porém, isso não procede segundo o mesmo autor. Hoje, as cooperativas convencionais são regidas e dirigidas no Brasil sob a normatização do Conselho Federal de Contabilidade, NBC T 10.8, e/ou a Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº. 6.404/76. No entanto, as exigências dessas normas não satisfazem plenamente as necessidades informacionais dos EES, conforme preconiza Almeida (2006). Com isso, Almeida e Silva (2005) defendem dois modelos de sistemas contábeis que poderão ser aplicados a Economia Solidária.

O modelo de Contabilidade Orçamentária foi proposto por Slomski. Esse modelo, segundo Almeida (2006), pode vir a ser um instrumento útil para a Economia Solidária, pois ele possibilita a socialização do controle de todo o processo de gestão evidenciando aspectos básicos tais como despesas orçamentárias, créditos orçamentários, origens e aplicações de recursos, dotações orçamentárias, entre outros. Este modelo é uma contabilidade de planejamento e orçamento do negócio, pautado em uma planificação para o registro da autogestão.

O modelo de Contabilidade por Fundos divide os recursos do empreendimento em três vias diferentes: i. Os fundos irrestritos, que servem para qualquer finalidade; ii. Os fundos restritos internamente, em que a restrição é estabelecida de forma interna; iii. Os fundos restritos externamente, em que a restrição é operada por agentes externos. Para Almeida e Silva (2005), a explicação para que esse modelo pudesse ser usado nos EES é que se podem controlar ações, por meio da separação por categorias, e verificar se foram devidamente cumpridas. Porém, para este modelo de sistema contábil, ressalta Almeida (2006), exigem-se estudos e adaptações.

Visto alguns sistemas contábeis que podem ser utilizados, desde que aprimorados, para a realidade dos EES, Lima (2007) reitera que existem limitações por conta da Contabilidade basear-se em registros formais e, com a insuficiência desses registros, a Contabilidade acaba por ter sua capacidade informativa prejudicada. O mesmo autor ressalta que este é um aspecto particularmente importante, pois, nas cooperativas populares não existe uma cultura de formalização. Esse parece ser o cerne da questão entre a Contabilidade e a Economia Solidária.

Lima (2007), divergindo de Michaels (1995), preconiza que não se deve impor aos EES uma Contabilidade complexa, minuciosa, detalhista, mas um Controle Simplificado das movimentações de um modo que sejam suficientes para gerir as cooperativas e dar informações que as ajudem a cumprir suas obrigações legais. Por fim, o mesmo autor esclarece que à medida que o grupo vai se apropriando do conhecimento do instrumento, o mesmo se aperfeiçoará. Coadunando-se com Almeida (2006) e Michaels (1995), Lima (2007) afirma que é muito valioso e necessário ter um sistema de informações contábeis com publicidade, *disclosure*, compreensibilidade que difunda dados que expressem as decisões temporais e coletivas do EES.

Tabela 1 – Modelo para controle de caixa

Data	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
	Total			
	Saldo Inicial			
	+ Total de Entradas			
	- Total de Saídas			

CONTINUAÇÃO TABELA 1

= Saldo Final

Fonte: adaptado de Lima (2007, p. 71).

Há um consenso entre estudiosos a respeito da importância e da necessidade da Contabilidade para Economia Solidária. Acredita-se que hoje os EES necessitam de um controle simplificado e eficiente, respeitando as limitações intrínsecas desse tipo de cooperativismo. Para Lima (2007) e a INCUBES/UFPB, a Contabilidade precisa falar a língua dos usuários da economia solidária. Lima (2007) faz uma sugestão do modelo básico de controle de caixa para acompanhamento da movimentação financeira atualizada, como se vê na tabela 1.

A INCUBES/UFPB prefere propor um controle mais completo, trazendo instrumentos de acompanhamento de custos do negócio cooperativo. Em sua cartilha contábil, como proposta para os Empreendimentos Econômicos Solidários, ela ensina este acompanhamento de custos da seguinte maneira (Azerêdo, 2012): 1º Passo: Cálculo dos Investimentos; 2º Passo: Cálculo dos Custos da Produção/Serviços/etc. (aqui se calcula o preço da matéria prima ou serviços utilizados primariamente e o cálculo dos custos variáveis); 3º Passo: Cálculo dos custos para manter o funcionamento ou custos fixos; 4º Passo: Cálculo do preço de Venda e a Sobra mensal esperada e, por fim, o 5º Passo: Cálculo da Margem de Contribuição e o Ponto de Equilíbrio para o negócio.

Ambas as sugestões acima demonstram simplicidade e elas se complementam. O Controle de Custos, ao demonstrar qual política de compra e venda deve ser praticada para que haja rentabilidade e competitividade para seus produtos e/ou serviços, e o Controle de Caixa, que permite resguardar um histórico das movimentações que culmina nas disponibilidades financeiras naquele momento, são importantes para qualquer ramo de negócios. Os dois modelos, por não exigirem tanta formalização tal qual a contabilidade tradicional exige dentro do contexto da Economia Solidária, podem ser trabalhados com mais resultado, e isso é importante, uma vez que os EES precisam de um sistema contábil.

Estes modelos contábeis precisam de um facilitador para ser, de fato, inseridos e ensinados no âmbito da Economia Solidária, pois, como dito anteriormente, existem algumas limitações que dificultam esse processo. Contudo, dentre os organismos que possuem trabalhos junto aos EES, destaca-se as Incubadoras Sociais, cujas atividades estão centralizadas no ensino de práticas de gestão.

2.3. Incubadoras Sociais

Para Dubeux (2004), uma Incubadora está no ambiente universitário que serve, em termos internos, para fomentar a produção científica universitária e que contribui para a formação dos acadêmicos e à aplicação prática das pesquisas e da produção de novos saberes; e, em termos externos, ela serve para articular o poder público, as instituições de formação profissional. Para a mesma autora, uma Incubadora acompanha a forma dos grupos populares, dentro de suas dimensões coletivas e pessoais, criando empreendimentos de economia solidária na visão da geração de trabalho e de renda para também reconstruir sua cidadania.

A Incubadora Social que faz parte do estudo desta pesquisa se enquadra como Incubadora de natureza de organizações acadêmicas. Por serem ligadas a universidades e faculdades, mesmo compartilhando os mesmos objetivos das incubadoras públicas e privadas, elas visam ampliar o desenvolvimento, por meio das pesquisas, dos empreendimentos que nela estiverem incubados.

As Incubadoras Sociais no Estado de Goiás são poucas, as mais conhecidas são as vinculadas à Universidade Federal de Goiás (UFG) e à Pontifícia Universidade Católica de

Goiás (PUC-GO). Com o PRONINC de 2007, a Universidade Federal de Goiás, precisamente, implantou a chamada Incubadora Social da UFG que, de forma embrionária, iria trabalhar com três empreendimentos de reciclagem de lixo, mas, com o tempo, a demanda e novas parcerias de financiamento com a SENAES/MTE, a mesma atende, atualmente, empreendimentos tanto na grande Goiânia quanto em cidades do interior do Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, n.d.).

Atualmente, a Incubadora Social da UFG – que será utilizada neste estudo – incuba na grande Goiânia oito Empreendimentos Econômicos Solidários especificamente do ramo de Reciclagem de Lixo. Os mesmos contam com apoio de gestão e assessoria em diversas áreas afins e multidisciplinares que os ajudam a salvar o negócio.

A Contabilidade, como instrumento de gestão, vem sendo trabalhada, pela Incubadora Social, nos Empreendimentos de Economia Solidária a partir de controles singulares de entradas e saídas em relação a compras de materiais e serviços e vendas de seus produtos, além de proceder com a folha de pagamento, balancetes mensais, balanço social anual e demonstrativos de sobras do exercício.

Entretanto, a incubadora social da UFG lida apenas com EES do ramo de reciclagem de lixo e, nesse contexto, a Contabilidade tem limitações por conta da realidade em que estão inseridos os mesmos. Por conta disso, nem todos os instrumentos contábeis de gestão supracitados, são utilizados, mas, de maneira geral, os EES incubados se beneficiam com assessoria capacitada da Incubadora Social em questão, que os levam a usufruir das informações geradas por cada controle.

Sabendo do papel que a Contabilidade exerce em prol dos EES por intermédio da Incubadora Social UFG, o que se deve buscar é garantir a continuidade do uso deste instrumento. Desta maneira, os EES de reciclagem de lixo incubados poderão conseguir uma autonomia não somente pela autogestão, mas pelo controle de suas informações.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1. A população dos EES em Goiás

Para a análise da população de EES no Estado de Goiás foi utilizado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) do SENAES/MTE. O Relatório SIES 2012 dispõe de informações mais recentes que o SIES 2007, entretanto, não existe outra fonte confiável que apresente dados contundentes sobre a realidade da economia solidária no Brasil.

Contudo, levando em conta os dados descritivos que existem sobre a economia solidária em Goiás, sabe-se que 843 (oitocentos e quarenta e três) EES foram mapeados pelo SENAES/MTE em 2012 e que, para o escopo utilizado neste artigo analisou-se a amostra dentro do contingente populacional de EES da região metropolitana de Goiânia, ou seja, conforme o mesmo censo, 5% do total de empreendimentos do Estado, ou 41 (quarenta e uma) firmas.

3.2. Método e técnica de coleta de dados

O método comparativo foi o escolhido para esta pesquisa e, segundo Gonzalez (2008), a concepção deste se deve, principalmente, ao trabalho publicado em 1843 de John Stuart Mill intitulado *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. Mill (1984) explicita os métodos de concordância e de diferença como métodos de experimentação e/ou comparação. Entretanto, o mesmo autor defende que essas técnicas não são aplicáveis às Ciências Sociais.

Durkheim (1987), entretanto, é enfático ao dizer que, se o pesquisador pode produzir causalidades artificialmente, o método de verificação é a experimentação em si; entretanto, quando o observador não pode produzir os fatos, o método adequado é o da experimentação

indireta, ou o método comparativo. Ressalva-se, porém, que Durkheim (1987) entende que a comparação dentro da área científica social será útil e confiável apenas aplicando uma visão das variações concomitantes, pois, segundo ele, é muito dispendioso e improvável encontrar fenômenos sociais em que as igualdades e diferenças tenham apenas um foco.

Este método é o mais adequado ao tipo de pesquisa proposto, pois se busca depreender uma interpretação ou interpretações acerca da realidade de EES incubados e não incubados em relação à contabilidade. O método traz possibilidades de compreender fenômenos e características a respeito dos contextos amostrais submetidos utilizando-se da ferramenta de comparação. As técnicas utilizadas são entrevistas com questões fechadas e abertas, observação direta e análise de documentação.

De mesmo modo, o questionário para a diretoria engloba questões que buscam entender outros modos de controle que são mais simplificados que os instrumentos contábeis tradicionais a seguir. Essas variáveis foram postas para a Direção responder por que ela tem informações adequadas sobre esses processos. Como exemplo, pode-se citar o controle de estoque da produção realizada, que é um instrumento de acompanhamento do volume da estocagem e que, portanto, quem possui esta informação, de forma fidedigna, é a diretoria, nem sempre é o administrativo ou financeiro do EES. Estas variáveis são mais gerais e menos envolvidas com os instrumentos contábeis tradicionais, conforme dito anteriormente.

Esta parte do questionário sobre os aspectos contábeis de demonstrativos e controles para a gestão dos EES foi aplicado junto ao pessoal administrativo dos empreendimentos incubados por uma incubadora social e também dos não incubados. O objetivo dessas questões é conseguir levantar as diferenças entre os dois tipos de EES para entender como a contabilidade é percebida nestes contextos e eventuais diferenciações, atentando para o papel da incubadora social.

O questionário com perguntas abertas visa complementar a coleta de dados possibilitando interpretações melhoradas do contexto de cada empreendimento. É importante ressaltar que as questões 8 (oito) e 9 (nove) não foram aplicadas aos EES incubados. As questões vão desde questionamento sobre o processo de formação do EES até opiniões a respeito da contabilidade para a economia solidária, bem como sobre as incubadoras sociais enquanto agentes que intermediam a ação contábil.

3.3. Amostra da pesquisa

Esses questionários foram aplicados na primeira quinzena de junho de 2014 em empreendimentos de economia solidária incubados por uma incubadora social em Goiânia-Goiás, sendo que nesta incubadora existem atualmente 8 (oito) EES incubados, ao passo que nesta pesquisa serão abrangidos 50% deles, ou seja, 4 (quatro) EES.

Quanto aos EES não incubados, esta pesquisa aplicou os questionários e realizou as visitas, bem como as análises documentais, em 3 (três) empreendimentos dentro de Goiânia-Goiás em localidades diversas. Todos também são do ramo de reciclagem de lixo. A amostra total da pesquisa, comparando-a com números do SIES 2012, compreenderia em torno de 17% do total de EES da região metropolitana de Goiânia. Cabe destacar que todo o escopo é do ramo de reciclagem de lixo, para efeito de homogeneidade e compatibilidade comparativa.

3.4. Instrumento de Tabulação

Para tabular os dados colhidos da pesquisa utilizou-se o programa de análise de dados qualitativos Weft QDA (programa de computação para investigações qualitativas). Para a análise de dados que precisam de tratamento estatístico descritivo, usou-se o *software*

Assistat. Cabe destacar que os dois *softwares* são livres. Além deles, utilizou-se o *software* Excel 2007 para planilhas das análises.

4. Resultados e Discussões

4.1. Questionários

Livro Caixa

O controle de fluxos de caixa de uma entidade é importante por que permite que a mesma saiba sempre ao final de um expediente quanto entrou com receitas e quanto saiu com gastos, sejam eles para despesas, custos ou investimentos. Ao final de cada período, pode-se ter a quantia exata, comparar com outros períodos e analisar como está a entidade nos aspectos de vendas, gastos, entre outros.

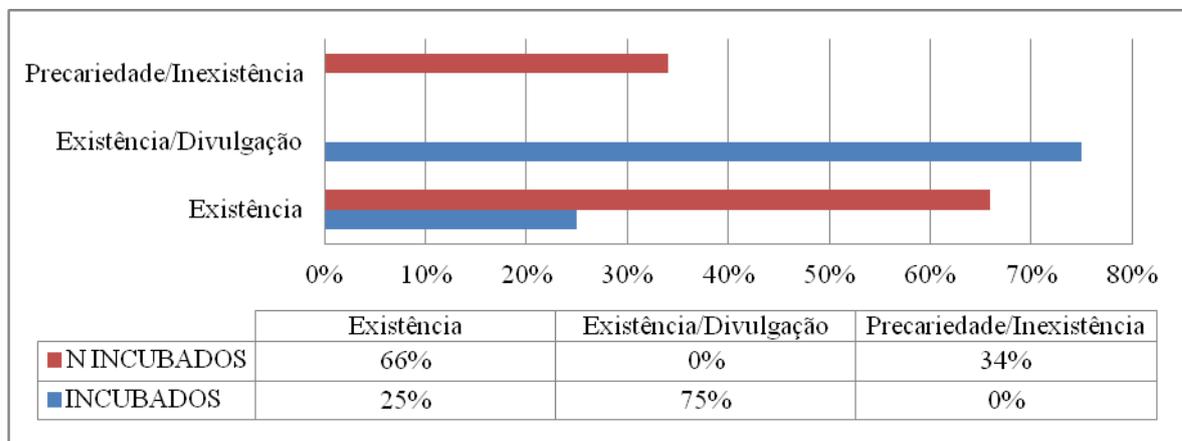


Figura 1 - Livro Caixa

Fonte: elaborado pelos autores.

Os EES incubados obtiveram a frequência de 100% de existência do instrumento de livro caixa em suas cooperativas, com a ressalva de que apenas 25% não divulgavam ou discutiam o livro caixa nas assembleias, instrumento muito importante para a atividade de uma cooperativa de reciclagem de lixo por conta da transparência que a autogestão exige. 66% dos EES não incubados, por sua vez, possuem um instrumento de livro caixa de entradas e saídas. Porém, 34% não tem este instrumento contábil de controle. Isto aponta para uma falha contábil, uma vez que sua ausência tira a credibilidade dos saldos apresentados e possibilita ações fraudulentas e geração de informação assimétrica para minorias.

Os EES incubados possuem mais controle de suas entradas e saídas e conseguem se sobressair por conta da ampla divulgação do livro caixa para seus cooperados, pautado em 75%. Essa característica de transparência diz respeito a possível valorização da atuação democrática dos integrantes dos EES em questão.

Balancete e Balanço

O balanço ou balancete é um instrumento contábil que fornece informações sobre ativo, passivo e patrimônio líquido da entidade. Para os EES, esse instrumento é preciso por conta das decisões que devem ser tomadas no empreendimento, como em qualquer outra empresa, com fins lucrativos ou não. 75% dos EES incubados, de acordo com o gráfico abaixo, realizam a confecção de balancetes ou balanços de suas atividades, apesar de em nenhum

haver divulgação aos cooperados e 25% não confeccionarem o balancete. 66% dos EES não incubados não fazem o balancete de suas atividades ou o fazem precariamente e 34% fazem.

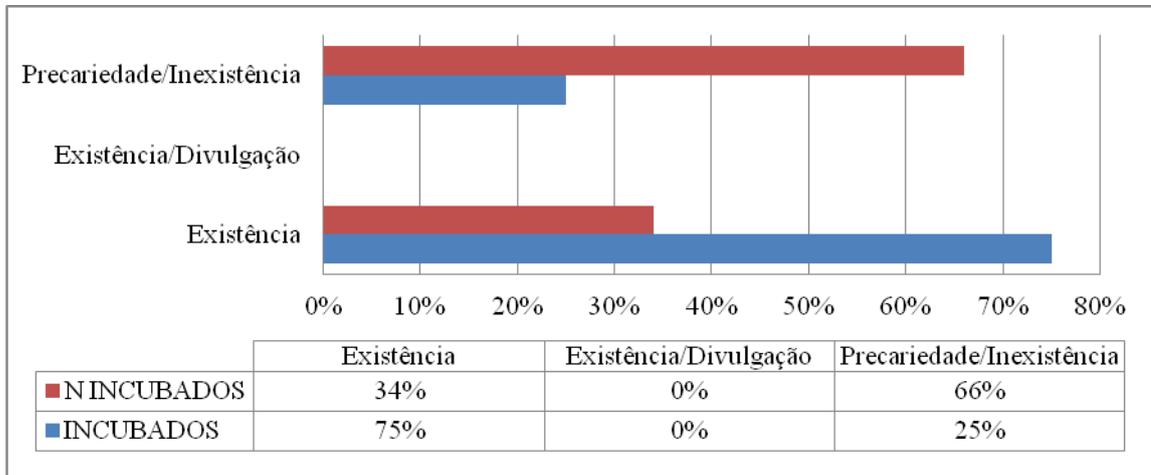


Figura 2 - Balancete e Balanço

Fonte: elaborado pelos autores.

Com isso, percebe-se que os EES incubados, em suma, têm mais condições de tomar decisões assertivas se levado em consideração a confecção do balancete, por conta do instrumento possibilitar informações importantes sobre o negócio. Infelizmente, não há divulgação dos mesmos, o que fere o princípio de autogestão.

Sobras do Exercício

Acerca do que sobra para rateio entre os cooperados, espera-se que os empreendimentos tenham um demonstrativo financeiro de sobras do exercício. Este instrumento contábil possibilita informar aos cooperados do EES quanto se produziu de receita para distribuição naquele período ou exercício. Com isso, o cooperado sabe o quanto lhe é devido e a entidade se faz transparente e democraticamente gestonária.

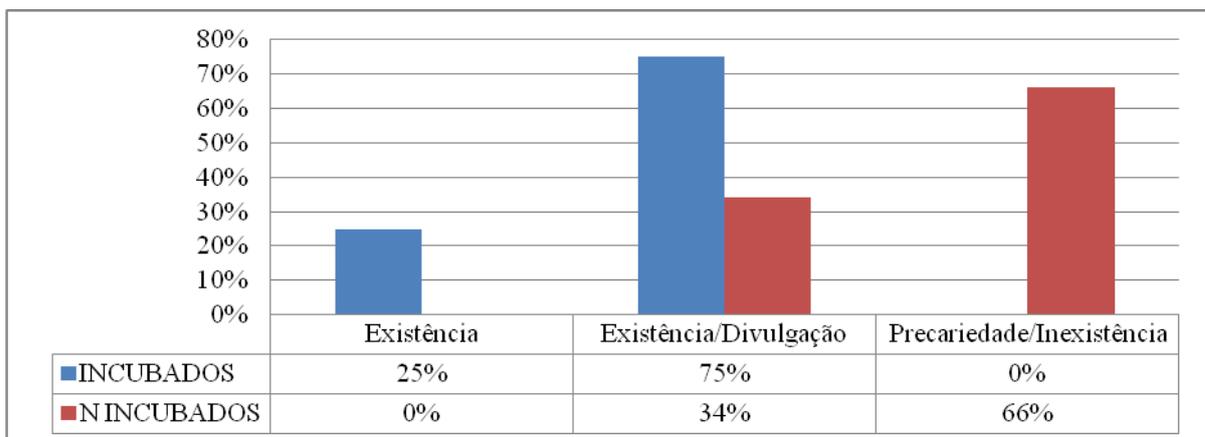


Figura 3 - Sobras do Exercício

Fonte: elaborado pelos autores.

O gráfico 3 mostra que 100% dos EES incubados tinham demonstrativo das sobras do exercício, sendo que 75% dos EES divulgam o instrumento contábil aos seus cooperados e

25% apenas tinham o relatório, mas não debatiam nem o apresentavam em assembleia. Os EES não incubados apresentaram um percentual de 66% de inexistência do instrumento e apenas 34% com existência do mesmo.

Com isso, observa-se que os EES incubados possuem mais organização e controle em relação à receita produzida pelo empreendimento, possuindo mais credibilidade e solidez em suas contas. A ausência ou precariedade do demonstrativo de sobras do exercício dificulta a percepção do quanto o empreendimento tem produzido de receita ao passar do tempo e, com isso, ele tem dificuldade de acompanhar o seu crescimento e de tomar decisões, bem como de fornecer documentação a órgãos diversos.

Folha de Pagamento

A folha de pagamento é um instrumento necessário para controlar e ratificar os pagamentos e os repasses aos cooperados, mediante as sobras de determinado exercício. Com este controle, o EES tem respaldo em relação aos efeitos comprobatórios dos salários dos cooperados, evitando problemas para a entidade.

A maioria dos EES incubados, de acordo com o gráfico abaixo, ou 75%, apresenta folha de pagamento e realiza sua respectiva divulgação aos cooperados em forma de relatório de salários. Outros 25% apenas tem o instrumento, porém, não o divulgam em assembleias e reuniões da cooperativa. Nos EES não incubados, por sua vez, 66% possuem o instrumento e 34% não. Ainda sobre os EES não incubados, dos que possuem o instrumento de folha de pagamento, 33% alegam divulgar em assembleia para seus cooperados e 33% alegam apenas ter o instrumento.



Figura 4 - Folha de Pagamento

Fonte: elaborado pelos autores.

Com isso, verifica-se que os EES incubados possuem melhor controle da folha de pagamento de seus cooperados, tendo mais credibilidade e segurança quando se trata dos recursos humanos da cooperativa e coibindo, assim, eventuais problemas que possam envolver o rateio das sobras e as situações relacionadas aos repasses.

4.2. Entrevistas Abertas

Tomadas de decisões e a Contabilidade nos EES

Para apreender melhor a realidade e o contexto dos EES, incubados e não incubados, em relação à Contabilidade, realizou-se entrevistas com perguntas abertas para observar outras características passíveis de comparação entre os grupos. Dentre essas características, procurou-se verificar as tomadas de decisões e a contabilidade como base para elas. Sobre isso, indagou-se: como vocês participam nas decisões do empreendimento? Existem reuniões

periódicas? Se existem reuniões periódicas, como elas ocorrem? Com que frequência? Quem participa?

Complementarmente às perguntas anteriores, com o intuito de verificar se os EES incubados e não incubados utilizam dos instrumentos contábeis para tomada de decisão, fez-se as seguintes perguntas: o EES utiliza das informações contábeis (controles, instrumentos diversos, composições) para tomada de decisão? Se não, Por quê?

Em determinado EES incubado, certo cooperado disse em relação à primeira pergunta: *“nós temos reuniões toda semana. A gente toma as decisões todo mundo junto, ninguém tem mais voz que o outro. Aqui é assim que a gente faz”* [Entrevistado 2]. Ratificando a impressão sobre o quesito de tomada de decisões, outro EES incubado, em relação à segunda pergunta, disse: *“utilizamos sim e temos parcerias que precisamos ter estes instrumentos por que não dá pra conseguir recursos, projetos, planejamentos, programas, sem estar em dias com as documentações que a Contabilidade nos ajuda a fazer”* [Entrevistado 1].

Verificou-se que os EES incubados defendem tomar suas decisões em assembleias com todos os cooperados usando os instrumentos contábeis e relatórios. Essas ações dão respaldo às decisões dos empreendimentos, possibilitando melhores resultados, geram mais confiança entre os cooperados e garantem a participação democrática, culminando em uma melhor autogestão.

Em relação à primeira pergunta, um EES não incubado respondeu: *“existem reuniões periódicas e todos participam para tomar as decisões que beneficiem a nossa cooperativa. Não há nada feito aqui que não tenha vindo das assembleias”* [Entrevistado 5]. Ao passo que outro EES, contrariamente, disse: *“aqui nem todos tomam as decisões. Eu, geralmente, tomo as decisões sozinho”* [Entrevistado 4].

Sobre a segunda pergunta tratada, um EES não incubado afirmou: *“tomamos as decisões em assembleia. Os documentos contábeis para nós são apenas para controle, não para tomar decisões”* [Entrevistado 5]. Complementando, outro EES relatou que: *“no momento, de alguns meses para cá, estamos focados na Construção do nosso Galpão e estamos falhos nisso. A gente precisa voltar a utilizar os documentos contábeis pra controlar, juntamente, com o cooperado”* [Entrevistado 7].

Os EES não incubados relatam tomar decisões conjuntamente em assembleia com todos os cooperados, entretanto, quando indagados sobre tomarem ou não as decisões com respaldo nos relatórios contábeis, instrumentos, composições, entre outros, os mesmos defendem que a Contabilidade é apenas para legalizar e controlar e não para tomar decisões. Apenas uma reconhece a importância, mas reconhece que a cooperativa tem falhado em tomar os controles para as decisões em assembleia.

A Contabilidade para a autogestão

Sobre esta questão, a pesquisa tentou analisar o que pensam os EES, incubados e não incubados, sobre a contabilidade para a autogestão. Fez-se aos EES da amostra o seguinte questionamento: você, como cooperado do EES, acredita que a Contabilidade é importante para o processo de autogestão da empresa? Por quê?

Em relação à pergunta supracitada, certo EES incubado disse que: *“é muito importante. O catador é desconfiado. Mesmo com a prestação de contas eles têm algum resquício de desconfiança. A Contabilidade nos traz transparência e confiança”* [Entrevistado 1]. Outro, por sua vez, relatou que: *“é o mais importante. Mesmo que você tenha o controle você já passa por ladra, imagina se não tivesse. Tudo, até pra comprar uma balinha eu compro com documento fiscal. Eu faço questão de uma Contabilidade sadia. Às vezes, até quando estou em casa começo a olhar as contas pra ver se tudo está batendo”* [Entrevistado 3].

Por fim, adicionalmente, mais um EES incubado afirmou: *“sim, principalmente na questão da transparência e da credibilidade para o negócio. A contabilidade é muito importante para o controle, o faturamento, as despesas. Ela nos dá a possibilidade de sermos legais perante os órgãos que temos de prestar contas e quando precisamos de documentos ela nos ajuda”* [Entrevistado 6].

Sobre a questão da Contabilidade e da Autogestão, os EES incubados demonstraram que acreditam na importância da contabilidade para este fim, pois ela dá transparência, confiabilidade e credibilidade, características estas muito valorizadas e necessárias nos EES por conta da autogestão dos cooperados. No mais, vê-se, no contexto dos EES incubados, a ideia de que a Contabilidade controla, organiza, comprova, respalda o negócio.

Sobre a mesma pergunta, um EES não incubado declarou: *“Temos que fazer as prestações de contas e a contabilidade nos dá credibilidade”* [Entrevistado 5]. Outro não incubado afirmou: *“não acho necessária a Contabilidade. Só quando a gente for de maior tamanho. No momento, não somos nem precisamos disso”* [Entrevistado 4]. Um último ainda destacou: *“em primeiro lugar nada vai pra frente se a gente não sabe quanto custa, quanto vale. Temos que saber da base pra planejar os investimentos. Precisamos do controle de tudo, como vamos pagar um cooperado, as despesas e como vamos lidar com a fiscalização se não tivermos a Contabilidade?”* [Entrevistado 7].

Para os EES não incubados, verifica-se a existência de mentalidades diversificadas, heterogêneas. Dois dos EES analisados possuem a mesma ideia que os EES incubados, porém, ambas não utilizam os instrumentos contábeis para tomada de decisão e um dos EES sequer considera a contabilidade como necessária para o empreendimento. Existe aqui, talvez, uma fragilidade na percepção do papel da contabilidade em relação aos EES.

5. Considerações Finais

O objetivo geral desse trabalho foi verificar, de forma comparativa, a presença da Contabilidade nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados e não incubados e interpretar fenômenos que se assemelham ou se diferenciam em ambos os contextos. Os EES incubados, de forma geral, têm, talvez, uma contabilidade mais consolidada, pois a maioria possui “livro caixa”, “balancete e balanço”, “sobras do exercício” e “folha de pagamento”.

Apesar de os dois grupos pesquisados terem certa semelhança quanto aos aspectos de escolaridade e informatização dos cooperados, verificou-se a existência de diferenças em relação aos controles contábeis, levando em conta a presença da incubação como diferencial entre os grupos.

A respeito do instrumento “livro caixa”, todos os EES incubados disseram tê-lo e 75% alegaram divulgá-lo entre os cooperados, ao passo que 66% dos EES não incubados disseram apenas tê-lo, entretanto, nenhum alegou divulgá-lo. Sobre o instrumento “balancete e balanço”, a maioria dos EES não incubados alegou não possuir e, ao contrário, os EES incubados disseram possuí-lo, porém, sem divulgarem aos seus cooperados.

Em relação ao demonstrativo de “sobras do exercício”, todos os EES incubados responderam utilizá-lo, sendo que 75 % afirmaram divulgá-lo entre os cooperados, contudo, os EES não incubados afirmaram não utilizá-lo. A “folha de pagamento”, segundo os EES incubados, existe e 75% fazem sua divulgação. Para os EES não incubados, a folha de pagamento não existe.

Sobre as questões abertas, constatou-se que os EES incubados realizam assembleias periódicas para tomada de decisões e os relatórios contábeis e financeiros são utilizados para auxílio. Os EES não incubados demonstraram que existem assembleias e reuniões para

tomarem as decisões, entretanto, os documentos contábeis não são consultados para auxiliar nas ações.

Verificou-se que os membros do EES incubados têm uma mentalidade, a respeito do uso da contabilidade na autogestão, um pouco mais homogeneizada. Os membros dos EES não incubados, por conta de posições controversas a respeito, têm mentalidade mais diversificada sobre o uso da contabilidade na autogestão. Isso demonstra, empiricamente, que os EES incubados possuem uma ideia um pouco mais clara do papel da contabilidade.

Por fim, constatou-se que a incubadora social é fundamental para os EES de reciclagem de lixo, já que os EES por ela incubados deram melhores resultados em relação aos fatores contábeis, objeto de comparação deste trabalho. A incubadora social é, geralmente, vinculada a faculdades e universidades, sejam públicas ou privadas, e, portanto, utilizam de conhecimentos diversos por meio de ensino-extensão. Em relação a esta pesquisa, observou-se, com os resultados, que, de fato, existem melhores possibilidades e oportunidades os EES que, por ela, estão adjuntos.

O trabalho conseguiu analisar a proposta da pesquisa, que foi obter a percepção da contabilidade nos contextos propostos e, apesar das limitações, evidenciou, de certa forma, a realidade das amostras ao gerar e estudar uma comparabilidade dos resultados. Para futuras pesquisas, sugere-se aumentar a amostra, analisar outros ramos de EES, comparar dados estaduais sobre a Economia Solidária de Goiás do SIES 2007 e 2012, analisar as demonstrações contábeis dos EES e/ou usar outros métodos, como o grupo focal, para coleta de dados.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. A. de; SILVA, F. J. D. da (2005). Contabilidade e Inclusão Social: análise das demandas contábeis suscitadas pelos empreendimentos solidários. Anais do *III Encontro Internacional de Economia Solidária*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 14 maio, 2014, de <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Pri-12.htm>

ALMEIDA, E. A. de. (2006). *Contabilidade e Autogestão – Um Estudo sobre a Dimensão Contábil nos Processos de Autogestão dos Empreendimentos de Economia Solidária*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

ANTEAG. (2009). *Atlas da economia solidária no Brasil 2005/2007* (Relatório de Pesquisa). São Paulo, SP, Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Recuperado em 10 junho, 2014, de <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>

AZERÊDO, R. F. (2012). *Contabilidade e Economia Solidária: uma contribuição à autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários*. Monografia de Graduação. Departamento de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

BAPTISTA, L. L. (2012). *A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre a autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- BARRETO, R. de O.; PAULA, A. P. P. de (2009, abril-junho). Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade da inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE*, vol. 7, nº 2, pp. 199-213.
- CAVALCANTE, Â. (2011). Economia Solidária: história, interpretações e possibilidades (pp. 113-135). In: LUCENA, A. F. de; CARVALHO, C. R. R.; VIEIRA, N. de M. (Org.). *Cooperação e Inclusão Social*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- CORAGGIO, J. L. (1995). *Desarrollo humano, economia popular y educación*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor.
- CORAGGIO, J. L. (2009). Economia do trabalho (pp. 120-127). In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina.
- COSTA, R. P. (2011). Economia Solidária e Contabilidade. Anais do *III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*, Porto Alegre, RS, Brasil.
- DIAS, T. F. (2011). *Gestão social em empreendimentos econômicos solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar*. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, RN, Brasil.
- DUBEUX, A. M. C. (2004). *Education, Travail et Economie Solidaire: le cas des incubateurs technologiques de cooperatives populaires au Brésil*. Tese de Doutorado. Institut d'études du développement économique et social (IEDES), Université de Paris I – Pantheon Sorbonne, Paris, França.
- DURKHEIM, É. (1987). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- ECOSOL. (2013). Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa. *Projeto SIES 2012 - Atlas digital da economia solidária* (Relatório de Pesquisa). Recuperado em 14 novembro, 2014 de <http://sies.ecosol.org.br/>
- FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. (2004). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS.
- GAIGER, L. I.; LAVILLE, J.-L. (2009). Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Org.). *Dicionário Internacional de Outra Economia* (pp. 162-168). São Paulo: Almedina Brasil.
- GONZALEZ, R. S. (2008, janeiro-junho). O método comparativo e a ciência política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 2, n. 1.
- ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. (2009). Economia Popular. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*.(pp. 150-155). São Paulo: Almedina.
- LAVILLE, J.-L. (2009). Solidariedade. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. (pp. 310-314). São Paulo: Almedina.
- LIMA, J. P. S. (2007). A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP (Org.). *A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais*. (pp. 67-73), Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP.

- LIMA, J. C. (2009). Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. (pp. 91-95). São Paulo: Almedina.
- MARQUES, P. L. A. (2006). *Trabalho Emancipado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.
- MICHAELS, V. (1995). *Contabilidade e gestão em cooperativas de produção agrícola: uma contribuição à análise das funções da contabilidade como sistema de informações no auxílio da autogestão e formação de capital*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- MILL, J. S. (1984). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural.
- NAMORADO, R. (2009). Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. (pp. 96-102). São Paulo: Almedina.
- RAZETO, L. (1993). *Las organizaciones económicas populares*. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo.
- SANTANA, E. W. F. de. (2008). *A utilização da informação contábil como um instrumento de controle social dos municípios paraibanos com mais de 50.000 habitantes*. Dissertação de Mestrado. Programa Multiinstitucional e inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, João Pessoa, PB, Brasil.
- SINGER, P. I. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. I. (2003a). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. I. (2003b). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. (pp. 45-56). 2 ed. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P. I. (2008, abril). Depoimento (entrevista com P. de S. Oliveira). *Revista Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-SP*, vol. 22, n. 62.
- SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). (2003). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – Incubadora Social. (n.d.). *Histórico*. Recuperado em 25 maio, 2014, de <http://www.incubadorasocial.ufg.br/pages/46327-historico>